



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004026-70.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **LEONILDA NUNES MACHADO**
 Requerido: **CLARO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter recebido ligação telefônica da ré oferecendo-lhe a prestação de serviço de acesso à *internet* via *modem*.

Alegou ainda que mesmo recusando tal oferta a ré lhe enviou o aparelho relativo ao serviço, além de emitir faturas a esse propósito.

Almeja à rescisão do contrato e à declaração de inexigibilidade do débito cobrado.

Já a ré em contestação salientou a inexistência de falha em relação à confecção do contrato e das cobranças que levou a cabo.

Como se vê, a autora expressamente refutou ter efetuado a contratação do serviço em apreço e em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que a celebração desse negócio sucedeu validamente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que a autora fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, observo que a ré não comprovou a aceitação da transação por parte da autora.

Bastaria amealhar a gravação relativa ao contato então havido para deixar claro que a mesma anuiu à oferta realizada, mas como tal inocorreu se conclui que inexistente lastro para a ideia de seu estabelecimento regular.

É o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida, evidenciada a falta de respaldo para que o ajuste se tenha por regularmente concebido.

As cobranças dele decorrentes, a seu turno, de igual modo restam irremediavelmente comprometidas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato indicado a fl. 01, bem como a inexigibilidade dos débitos dele oriundos e em especial das faturas elencadas a fl. 01.

Torno definitiva a decisão de fls. 16/17, item 1.

Concedo à ré o prazo de trinta dias para diligenciar a retirada do *modem* enviado à autora; decorrido esse prazo *in albis*, poderá a autora dar ao objeto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 23 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**